



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2024
<b>Tp. Período</b>	Primeiro semestre
<b>Curso</b>	PEDAGOGIA (580/I-PR)
<b>Disciplina</b>	2333/I - POLITICAS E GESTAO DA EDUCACAO
<b>Turma</b>	PEN/PR

**Carga Horária:** 68

## PLANO DE ENSINO

### EMENTA

As políticas públicas para educação no Brasil: conceitos e análises. A educação básica e superior no quadro das políticas atuais. A gestão educacional e o trabalho docente no contexto das políticas atuais e suas interfaces com a organização e gestão escolar. Gestão e coordenação de processos educativos. Instâncias colegiadas nas escolas de educação básica. O currículo na educação básica, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar.

### I. Objetivos

Geral: Conhecer as Políticas Públicas para a Educação no Brasil, com ênfase na relação entre o Estado e Políticas Educacionais no contexto brasileiro.

Específicos

- Possibilitar a compreensão das relações estabelecidas entre o Estado e as Políticas e Gestão da Educação na atualidade e suas interfaces com a organização e gestão escolar.
- Analisar os principais elementos que envolvem a gestão e coordenação dos processos educativos, com destaque o Currículo na Educação Básica, documentos norteadores, tais como: Projeto Político Pedagógico -PPP e Regimento Escolar, bem como as instâncias colegiadas.

### II. Programa

Unidade 1: Estado e Políticas Educacionais no contexto brasileiro

- Conceituação: Estado, Sociedade Civil e Política Educacional;
- Educação como política pública;
- A estrutura do sistema de ensino: Federal, Estadual e Municipal;
- O financiamento para Educação Básica e Superior: a gestão de recursos financeiros;
- As Políticas para a Educação Básica e Superior no contexto das políticas atuais;

Unidade 2: Gestão da Educação na atualidade e suas interfaces com a organização e gestão escolar

- Novas propostas para a gestão da escola: A formação de gestores por agentes privados; processos de militarização da escola e da gestão;
- A Qualidade e a Gestão da Escola Pública: o legal e o real;
- A gestão democrática e a coordenação dos processos educativos: Planejamento e avaliação; O currículo na educação básica, Projeto Político Pedagógico e Regimento Escolar e as Instâncias Colegiadas nas escolas de educação básica;

### III. Metodologia de Ensino

Os conteúdos serão desenvolvidos em aulas expositivas dialogadas, com auxílio de slides e vídeos e com base nos textos indicados na bibliografia. Por meio da problematização, análise e debate, pretende-se promover a reflexão fundamentada dos conteúdos e da realidade que os mesmos tematizam. As reflexões também serão desenvolvidas por meio de atividades individuais e em grupo, tais como leituras e estudos de textos, pesquisas, debates e elaboração de sínteses.

### IV. Formas de Avaliação

Os alunos serão avaliados na perspectiva formativa e se dará mediante a observação da participação dos alunos nas discussões dos conteúdos e na realização das atividades propostas na disciplina, tais como: Avaliação escrita individual no final da disciplina; Atividades a partir de um roteiro de questões; Síntese de textos e vídeos de apoio. Como possibilidade de recuperação dos conteúdos, os acadêmicos poderão refazer as atividades de síntese, bem como, a aplicação de outra avaliação escrita individual antes do término do semestre.

### V. Bibliografia

#### Básica

ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera (orgs). O público e o privado na educação: interfaces entre o Estado e a Sociedade. São Paulo: Xamã. 2005.

<b>Ano</b>	<b>2024</b>
<b>Tp. Período</b>	<b>Primeiro semestre</b>
<b>Curso</b>	<b>PEDAGOGIA (580/I-PR)</b>
<b>Disciplina</b>	<b>2333/I - POLITICAS E GESTAO DA EDUCACAO</b>
<b>Turma</b>	<b>PEN/PR</b>

**Carga Horária: 68**

## PLANO DE ENSINO

AFONSO, Almerindo Janela. Estado, políticas e gestão da educação: resistência ativa para uma agenda democrática com justiça social. RBPAAE - v. 36, n. 2, p. 403 - 428, mai./ago. 2020.

ARAÚJO, Gilda Cardoso. Estado, política educacional e o direito a educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar". Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n.39, p.279-292, jan/abr, 2011: editora UFPR.

BRASIL. Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da Educação nacional. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, n. 248, p. 27833-27841. Link:

[https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei\\_diretrizes\\_bases\\_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/572694/Lei_diretrizes_bases_4ed.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988. Link:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)

DOURADO, L. F. Políticas e gestão da educação básica no Brasil: limites e perspectivas. Educação & Sociedade, Campinas, v. 28, n. 100 - Especial, p. 921-946, out. 2007. DOI:

<https://dx.doi.org/10.1590/s0101-73302007000300014>

LIBÂNEO, J.C. e outros. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2012.

LIMA, Michelle Fernandes. Ebook. Organização do Trabalho Pedagógico na Gestão Educacional. Unicentro/NEAD. Jan, 2020. Disponível em:

<http://repositorio.unicentro.br:8080/jspui/handle/123456789/1795>.

EVANGELISTA, OLINDA. Políticas públicas educacionais contemporâneas, formação docente e impactos na escola. In: SANTOS, ALEX SANDRO BATISTA;

EVANGELISTA, OLINDA (orgs). Políticas para a Educação a Educação Básica no Brasil. Florianópolis: UFSC-CED-NUP, 2014.

SOUZA, A.R. de et al. Projeto Político Pedagógico. Universidade Federal do Paraná, PróReitoria de Graduação e Ensino Profissionalizante, Centro Interdisciplinar de Formação

Continuada de Professores; Ministério de Educação, Secretaria de Educação Básica. Curitiba: Ed. da UFPR, 2005. Link de acesso:

[http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao\\_1/caderno\\_3.pdf](http://www.cinfop.ufpr.br/pdf/colecao_1/caderno_3.pdf)

XIMENES, S. B et al. A militarização das escolas públicas sob os enfoques de três direitos: constitucional, educacional e administrativo. RBPAAE - v. 35, n. 3, p. 612 - 632, set./dez. 2019

## Complementar

ARAÚJO, G. C. de. Federalismo cooperativo e arranjos de desenvolvimento da educação: o atalho silencioso do empresariado para a definição e regulamentação do regime de colaboração. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, Recife, v. 28, n. 2, p. 515-531, mai./ago. 2012. DOI: <https://doi.org/10.21573/vol28n22012.37419>. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/37419/24160>. Acesso em: 24 fev. 2021.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Seção 1, n. 120-A, edição extra, p. 1-7.

DOURADO, L. F.; SIQUEIRA, R. M. A arte do disfarce: BNCC como gestão e regulação do currículo. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação, v. 35, n. 2, p. 291 - 306, mai./ago. 2019. Disponível em:

FERREIRA, E. B; OLIVEIRA, D. A. Crise da Escola e Políticas Educativas. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009

FRANÇA, R. L. de. (org). Educação e Trabalho: Políticas Públicas e a formação para o trabalho. Campinas: Alínea, 2010.

GARCIA, T. de O. G. A gestão escolar no contexto da privatização na educação básica. Revista de Política e Gestão Educacional, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, dez. 2018.

IVO, A. A; HYPOLITO, A.M. Sistemas de avaliação em larga escala e repercussões em diferentes contextos escolares: limites da padronização gerencialista. RBPAAE - v. 33, n. 3, p. 791 - 809,

LÜCK, Heloisa. Perspectiva da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. Em Aberto, Brasília, v. 17, n. 72, p. 11-33, fev./jun. 2000.

Link de acesso: [file:///C:/Users/User/Downloads/2116-2176-1-PB20\(2\).pdf](file:///C:/Users/User/Downloads/2116-2176-1-PB20(2).pdf)



# UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CENTRO-OESTE

Reconhecida pelo Decreto Estadual nº 3.444, de 8 de agosto de 1997

<b>Ano</b>	2024	
<b>Tp. Período</b>	Primeiro semestre	
<b>Curso</b>	PEDAGOGIA (580/I-PR)	
<b>Disciplina</b>	2333/I - POLITICAS E GESTAO DA EDUCACAO	<b>Carga Horária:</b> 68
<b>Turma</b>	PEN/PR	

## PLANO DE ENSINO

MASSON, G. Das teorias modernas de Estado à crítica da legitimação político ideológica na organização social capitalista. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 44, n.1, p.69-95, abr./2010.

Organização: Márcia Ângela da S. Aguiar e Luiz Fernandes Dourado [Livro Eletrônico]. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. – Recife: ANPAE, 2018. Disponível em: <http://www.anpae.org.br/BibliotecaVirtual/4-Publicacoes/BNCCVERSAO-FINAL.pdf>

REIS, M. da C. Passos para elaboração do projeto político pedagógico. Disponível em: Acesso em: 22 fev. 2010.

SOUZA, Â. R. de; TAVARES, T a. A gestão educacional no Brasil: os legados da ditadura. RBPAAE, v.30, n.2, mai. /ago.2014, p.269 – 285.

VEIGA, Ilma Passos A. (Org). Projeto político-pedagógico: uma construção possível. 17. ed. Campinas: Papyrus, 2004

---

## APROVAÇÃO

**Inspetoria:** DEPED/I

**Tp. Documento:** Ata Departamental

**Documento:** 03/2024

**Data:** 23/04/2024